

Judiciário e Políticas Públicas

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

2º SEMESTRE DE 2013

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

A Fundação Getúlio Vargas (FGV) deu início a suas atividades em 1944 com o objetivo de preparar profissionais bem qualificados para a administração pública e privada do país. Esse objetivo foi ampliado ao longo do tempo, expandindo o foco de atuação da FGV para o campo das ciências sociais.

A atuação marcada pelo pioneirismo e pela inovação levou a FGV a inaugurar, no Brasil, a graduação e a pós-graduação *stricto sensu* em Administração Pública e de Empresas e a pós-graduação em Economia, Psicologia, Ciências Contábeis e Educação. Além disso, iniciativas como a elaboração do balanço de pagamento, das contas nacionais e dos índices econômicos ajudaram o profissional em busca de formação e o cidadão comum a entender melhor o desempenho econômico e social brasileiro além de contribuir para seu permanente desenvolvimento.

ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO – DIREITO GV

O posicionamento do Brasil no rol das potências e lideranças mundiais tem levado à redefinição dos conteúdos das áreas clássicas do direito e ao surgimento de novas áreas e novos tipos de advocacia, o que torna premente a necessidade de formação de quadros profissionais que sejam, além de altamente qualificados, capazes de atuar em patamares diferenciados.

Para responder às demandas do mercado atual, os alunos da DIREITO GV são preparados para atuar nas esferas pública e privada e para dialogar com outros campos do conhecimento, a fim de que possam influenciar positiva e profundamente o cenário jurídico no Brasil e no exterior.

No que concerne à pós-graduação, a DIREITO GV busca aumentar sua inserção substantiva no mercado jurídico, tendo em mente a integração entre o direito e outros campos do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades importantes para o desempenho das atividades profissionais de seus alunos. Seu Programa de Pós-Graduação Lato Sensu diferencia-se por dispor de grupos de pesquisa dedicados à produção de material didático e bibliográfico próprio, a fim de oferecer a seus alunos conteúdo atualizado e em consonância com as premissas da DIREITO GV.

Com tais pressupostos e ações em mente, a DIREITO GV pretende consolidar-se como alternativa ao modelo tradicional de ensino do Direito e manter a postura crítica sempre assumida em relação a esse campo de saber.

JUDICIÁRIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Não obstante o crescimento econômico do Brasil nas últimas décadas, a sociedade brasileira ainda padece de profundas desigualdades e de desrespeito aos direitos básicos de grande parte da população: saúde, educação, moradia, saneamento básico estão longe de ser providos de forma equânime e com qualidade, em especial quando se trata de direitos sociais.

As instituições do sistema de justiça – Defensorias Públicas, Ministério Público, Judiciário, além do próprio Estado – procuram, por meio da formulação, avaliação ou controle judicial de políticas públicas, garantir os direitos sociais e diminuir as desigualdades e a exclusão da sociedade brasileira. A prioridade de atenção das instituições para as políticas públicas está presente na maior parte dos planos de metas e planejamentos institucionais realizados.

A atuação das instituições do sistema de justiça nesta área encontra, no entanto, problemas de diferentes ordens: o contato tardio com as premissas de políticas públicas, a lógica orçamentária, as limitações das próprias instituições e do Judiciário em lidar com a dimensão coletiva desses direitos, dentre outros, são alguns dos obstáculos a serem enfrentados pelos operadores do direito em seu trabalho cotidiano.

Este curso pretende abordar alguns dos principais temas que envolvem o controle de políticas públicas pelo Judiciário, em três eixos: **i) políticas públicas:** natureza; instrumento de superação da desigualdade; formas de elaboração, mecanismos de controle e avaliação e critérios de eficiência; **ii) controle e correção de políticas públicas pelo Judiciário:** identificação e ideias de superação de limitações institucionais e materiais; desafios da interdisciplinaridade: orçamento e gestão pública; identificação e ideias de superação das limitações processuais; **iii) estudos de caso:** combate à desigualdade e às grandes violações de direitos pelo Judiciário: direitos sociais e políticas públicas.

Público-Alvo

Profissionais operadores do Direito, especialmente do setor público que lidem ou venham a lidar com estas questões, acadêmicos e gestores.

Objetivos

Explorar os principais dilemas e obstáculos que envolvem a atuação das instituições do sistema de justiça no controle de políticas públicas; apresentar aos alunos os conceitos essenciais que envolvem políticas públicas e fomentar um debate criativo que lhes permita aprofundar a análise e aperfeiçoar a prática de sua atuação na formulação, controle e correção de políticas públicas no âmbito do Judiciário.

Metodologia

O curso adotará uma dinâmica voltada à análise de problemas concretos que envolvem a formulação, avaliação e controle judicial de políticas públicas, a partir de textos teóricos e analíticos, aulas expositivas e debates. Envolverá, ainda, estudos de casos que ajudarão a delimitar e explorar as questões relativas ao controle de políticas públicas no Brasil.

PROGRAMA

Este curso pretende abordar alguns dos principais temas que envolvem o controle de políticas públicas pelo Judiciário:

- Planejamento, formulação, implementação, gestão e avaliação de políticas públicas
- Equidade, eficiência e articulação de políticas públicas no federalismo
- Dimensões coletivas e individuais das políticas públicas
- Formulação, controle e interferência em políticas públicas e em orçamentos públicos
- Relacionamento interinstitucional, competências e competição no sistema de justiça
- Limitações e potencialidades das instituições do sistema de justiça e do processo no controle de políticas públicas

COORDENAÇÃO ACADÊMICA

Professora Eloísa Machado de Almeida

Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e formação em ciências sociais pela USP. É mestra pela PUC/SP no tema de política constitucional e doutoranda em direitos humanos do Programa de Doutorado da Faculdade de Direito da USP. Foi coordenadora de litigância estratégica da Conectas Direitos Humanos de 2003 a 2009. Atualmente é conselheira do Instituto Pro Bono, professora do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu da DIREITO GV, Coordenadora de Projetos Especiais do Programa de Pós Graduação Lato Sensu da Direito GV, advogada e consultora em projetos internacionais.

REALIZAÇÃO

Carga horária: 32 horas-aula
Data de início: 08/08/2013
Dia da semana: quintas-feiras
Horário: das 19h10 às 22h50

Calendário de Aulas

Aula	Data
#1	08/08/2013
#2	15/08/2013
#3	22/08/2013
#4	29/08/2013
#5	05/09/2013
#6	12/09/2013
#7	19/09/2013
Prova	26/09/2013

INVESTIMENTO

Valor à vista: R\$ 2.800,00.

- I- Matrículas efetuadas no período de 10/04/13 e 30/04/13 receberão um desconto de R\$ 200,00 (duzentos reais) sobre o valor global do curso.
- II- Matrículas efetuadas no período 01/05/13 a 31/05/13 receberão um desconto de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) sobre o valor global do curso.
- III- Matrículas efetuadas no período de 01/06/13 a 30/03/13 receberão um desconto de R\$ 100,00 (cem reais) sobre o valor global do curso.
- IV- Matrículas efetuadas no período de 01/07/13 a 31/07/13 receberão um desconto de R\$ 50,00 (cinquenta reais) sobre o valor global do curso.
- V- Matrículas efetuadas a partir de 01/08/13 não contemplam os descontos acima mencionados.

Período de Matrícula	Valor Total do curso à vista com desconto	Valor total parcelado em até 1+1 vez	Total a pagar
10/04/13 a 30/04/13	R\$ 2.600,00	R\$ 1.309,68	R\$ 2.619,35
01/05/13 a 31/05/13	R\$ 2.650,00	R\$ 1.334,86	R\$ 2.669,73
01/06/13 a 30/06/13	R\$ 2.700,00	R\$ 1.360,05	R\$ 2.720,10
01/07/13 a 31/07/13	R\$ 2.750,00	R\$ 1.385,24	R\$ 2.770,47
A partir de 01/08/13	R\$ 2.800,00	R\$ 1.410,42	R\$ 2.820,84

PROCESSO SELETIVO

Inscrições: 10/04/2013 a 24/07/2013.

Os interessados deverão realizar sua inscrição, sem qualquer ônus financeiro, exclusivamente pela internet. É obrigatório o preenchimento de todos os campos solicitados na ficha de inscrição e a inserção de arquivo digital com o *curriculum vitae* do candidato.

Local de inscrição: site www.fgv.br/direitogv

Seleção dos candidatos - Curta Duração: Os candidatos serão selecionados por análise curricular.

RESULTADO

Período: processo seletivo contínuo.

A divulgação dos aprovados será feita via comunicação eletrônica (*e-mail*). É responsabilidade exclusiva do candidato manter seus dados de contatos atualizados, acompanhar a divulgação dos resultados, averiguar sua eventual aprovação e consequente convocação para a matrícula.

Não haverá divulgação do desempenho dos candidatos, nem sua classificação relativa, apenas a informação quanto à aprovação ou não.

INFORMAÇÕES

Central de Atendimento
Telefone: (11) 3799-7777
E-mail: gvlaw@fgv.br